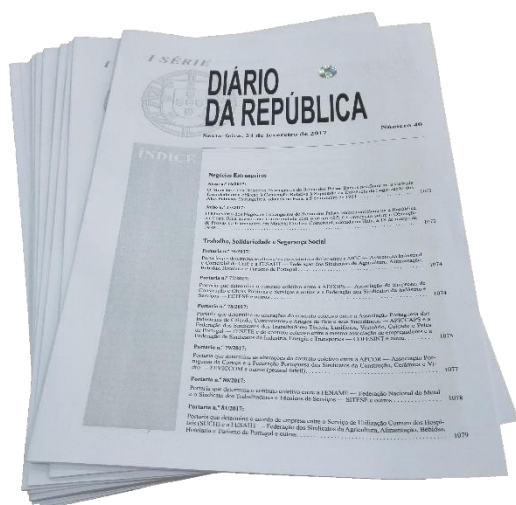


Digesto

NEWSLETTER N.º 15/2019

Período abrangido: 15 a 26 de julho de 2019



ADMINISTRAÇÃO INTERNA

[Lei n.º 49/2019, de 18 de julho](#)

Assembleia da República

Altera (primeira alteração) a [Lei n.º 14/2002, de 19 de fevereiro](#), que regula o exercício da liberdade sindical e os direitos de negociação coletiva e de participação do pessoal da Polícia de Segurança Pública com funções policiais.

[Lei n.º 50/2019, de 24 de julho](#)

Assembleia da República

Altera (sexta alteração) a [Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro](#), que aprova o regime jurídico das armas e suas munições, transpondo a [Diretiva \(UE\) 2017/853 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2017](#), (primeira alteração) a [Lei n.º 19/2004, de 20 de maio](#), sobre a revisão da lei quadro que define o regime e forma de criação das polícias municipais, e (primeira alteração) o [Decreto-Lei n.º 239/2009, de 16 de setembro](#), que estabelece os direitos e os deveres dos agentes de polícia municipal.

[Despacho n.º 6664/2019, de 25 de julho](#)

Administração Interna - Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Aprova o Alcoolímetro qualitativo da marca Alcolizer Technology modelo Alcolizer LES.

AGRICULTURA

[Portaria n.º 220/2019, de 16 de julho](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Altera (primeira alteração) a [Portaria n.º 323/2017, de 26 de outubro](#), que estabelece, para o continente, no âmbito do programa nacional, as normas de execução do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas (VITIS), para o período 2019-2023, previsto no [Regulamento \(CE\) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro](#).

[Portaria n.º 223/2019, de 17 de julho](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Procede à primeira alteração à [Portaria n.º 182/2019, de 11 de junho](#), que regula o regime excecional aplicável à apresentação dos pedidos de pagamento relativos a despesas pagas, em numerário, pelos beneficiários aos seus fornecedores no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR2020).

[Portaria n.º 225/2019, de 19 de julho](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Altera (sétima alteração) a [Portaria n.º 274/2015, de 8 de setembro](#), que estabelece o regime de aplicação das operações 8.1.1. «Florestação de terras agrícolas e não agrícolas», 8.1.2. «Instalação de sistemas agroflorestais», 8.1.5. «Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas» e 8.1.6. «Melhoria do valor económico das florestas», inseridas na ação 8.1. «Silvicultura sustentável» da medida 8 «Proteção e reabilitação dos povoamentos florestais» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

[Portaria n.º 226/2019, de 19 de julho](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Altera (terceira alteração) a [Portaria n.º 394/2015, de 3 de novembro](#), que aprova a tabela normalizada de custos unitários, conforme previsto na regulamentação específica da Medida 8 «Proteção e Reabilitação dos Povoamentos Florestais» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

[Portaria n.º 227/2019, de 19 de julho](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Altera (nona alteração) a [Portaria n.º 134/2015, de 18 de maio](#), que estabelece o regime de aplicação da operação 8.1.3, «Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos» e da operação 8.1.4, «Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos», ambas inseridas na ação 8.1, «Silvicultura Sustentável» da Medida 8 «Proteção e Reabilitação dos Povoamentos Florestais» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

[Portaria n.º 229/2019, de 22 de julho](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Altera (primeira alteração) a [Portaria n.º 148/2015, de 25 de maio](#), que estabelece as taxas devidas pela prestação de serviços com os procedimentos decorrentes dos despachos referidos no artigo 5.º da [Portaria n.º 354/2013, de 9 de dezembro](#), e com os serviços de formação prestada pelos serviços e organismos do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (MAFDR).

[Portaria n.º 232/2019, de 24 de julho](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Estabelece o regime de aplicação da operação 7.8.5, «Conservação e melhoramento de recursos genéticos florestais», integrado na ação n.º 7.8, «Recursos genéticos», da medida n.º 7, «Agricultura e recursos naturais», inserida na área n.º 3, «Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima», do PDR 2020.

[Portaria n.º 236/2019, de 26 de julho](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Altera (quarta alteração) a [Portaria n.º 145/2016, de 17 de maio](#), que estabelece o regime de aplicação da operação n.º 2.1.1, «Ações de formação», inserida na ação n.º 2.1, «Capacitação e divulgação», da medida n.º 2, «Conhecimento», integrada na área n.º 1, «Inovação e conhecimento», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

EDUCAÇÃO

[Parecer n.º 4/2019, de 17 de julho](#)

Educação - Conselho Nacional de Educação

Parecer sobre a aplicação da [Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro](#), que estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

ENERGIA

[Portaria n.º 222/2019, de 17 de julho](#)

Finanças e Ambiente e Transição Energética

Aprova os montantes das taxas previstas no artigo 9.º da [Lei n.º 3/2015, de 9 de janeiro](#), que regula o regime de acesso e exercício da atividade profissional de cadastro predial, em conformidade com a disciplina da [Lei n.º 9/2009, de 4 de março](#), e do [Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho](#), que transpuseram as Diretivas n.os [2005/36/CE](#), relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e [2006/123/CE](#), relativa aos serviços no mercado interno.

[Diretiva n.º 13/2019, de 18 de julho](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Define os termos e condições do mecanismo de aquisição a prazo de energia elétrica por parte de comercializador de último recurso.

[Portaria n.º 235/2019, de 26 de julho](#)

Ambiente e Transição Energética

Estabelece o valor e o modo de cobrança de taxas devidas à Direção-Geral de Energia e Geologia.

[Diretiva n.º 15/2019, de 26 de julho](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Define os perfis de consumo de gás natural e consumos médios diários aprovados pela ERSE para vigorarem de 1 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

ENSINO SUPERIOR

[Despacho n.º 6429-B/2019, de 16 de Julho](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior

Define o calendário de ações do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no ano letivo de 2019-2020.

[Decreto-Lei n.º 96/2019, de 23 de julho](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera o estatuto jurídico do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

FINANÇAS

[Portaria n.º 219/2019, de 16 de julho](#)

Finanças

Regula a estrutura e conteúdo do ficheiro a utilizar para efeitos do cumprimento da obrigação de comunicação prevista no n.º 1 do artigo 10.º-A do [Decreto-Lei n.º 64/2016, de 11 de outubro](#).

[Aviso n.º 11571/2019, de 17 de julho](#)

Finanças - Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Aprova a taxa supletiva de juros moratórios em vigor no 2.º semestre de 2019.

[Portaria n.º 224/2019, de 18 de julho](#)

Finanças

Regulamenta o modelo e as formalidades a cumprir para a requisição e fornecimento da estampilha aplicável aos cigarros e ao tabaco de enrolar que beneficiam de isenção de Imposto sobre o Tabaco, ao abrigo das alíneas a), b), c), d) e f) do n.º 1 do artigo 6.º, do artigo 6.º-A e das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 102.º do Código dos Impostos Especiais de Consumo, devidamente acondicionados em embalagens individuais.

[Portaria n.º 230/2019, de 23 de julho](#)

Finanças

Altera (primeira alteração) a [Portaria n.º 12/2010, de 17 de janeiro](#), que aprova a tabela de actividades de elevado valor acrescentado para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 72.º e no n.º 4 do artigo 81.º do Código do IRS.

[Portaria n.º 231/2019, de 23 de julho](#)

Finanças

Regulamenta o Programa de Capitação Avançada para Trabalhadores em Funções Públicas (CAT).

[Portaria n.º 233/2019, de 25 de julho](#)

Finanças

Regulamenta o regime das notificações e citações efetuadas por transmissão eletrónica de dados em área reservada no Portal das Finanças, designado como «Notificações e Citações Eletrónicas - Portal das Finanças» (NCEPF), previsto no artigo 38.º-A do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

HABITAÇÃO

[Decreto-Lei n.º 94/2019, de 16 de julho](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o plano de reabilitação de património público para arrendamento acessível.

[Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece o regime aplicável à reabilitação de edifícios ou frações autónomas.

JUSTIÇA

[Portaria n.º 221/2019, de 17 de julho](#)

Finanças e Justiça

Altera (primeira alteração) o artigo 2.º da [Portaria n.º 269/2012, de 3 de setembro](#), que fixa a composição e coordenação do Gabinete de Recuperação de Ativos.

[Portaria n.º 228/2019, de 22 de julho](#)

Justiça

Fixa os termos em que se procede ao registo a que se refere o artigo 5.º do [Decreto-Lei n.º 42/2019, de 28 de março](#), que cria um regime simplificado para cessão de créditos em massa.

[Decreto-Lei n.º 97/2019, de 26 de julho](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera (oitava alteração) o [Código de Processo Civil](#), alterando o regime de tramitação eletrónica dos processos judiciais.

MAR

[Despacho n.º 6683-A/2019, de 25 de julho](#)

Mar - Gabinete do Secretário de Estado das Pescas

Mantém em vigor as medidas estabelecidas no [Despacho n.º 4859-A/2019, de 14 de maio de 2019](#), e além de não ser autorizada a pesca ao fim de semana e dias de feriado nacional, interdita a pesca da sardinha às quartas-feiras.

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

[Aviso n.º 55/2019, de 17 de julho](#)

Negócios Estrangeiros

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação da Convenção sobre Responsabilidade por Danos Causados por Objetos Espaciais, adotada em Washington, Londres e Moscovo, a 29 de março de 1972.

[Aviso n.º 56/2019, de 17 de julho](#)

Negócios Estrangeiros

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação das Emendas à Convenção da Organização Internacional de Comunicações Móveis Via Satélite (IMSO) adotadas pela 20.ª Assembleia da IMSO, em Malta, em 2 de outubro de 2008.

REGIÕES AUTÓNOMAS

AÇORES

[Decreto Legislativo Regional n.º 15/2019/A, de 16 de julho](#)

Região Autónoma dos Açores – Assembleia Legislativa

Define os termos e a forma como se processa a contabilização, para efeitos de posicionamento e progressão na carreira, do tempo de serviço prestado em funções docentes.

[Decreto Legislativo Regional n.º 17/2019/A, de 24 de julho](#)

Região Autónoma dos Açores – Assembleia Legislativa

Altera (primeira alteração) o [Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A, de 7 de abril](#), relativo à suspensão parcial do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), aprovado pelo [Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de agosto](#).

MADEIRA

[Portaria n.º 234/2019, de 25 de julho](#)

Justiça

Procede à instalação do Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Câmara de Lobos, Funchal e Santa Cruz e aprova o seu regulamento interno.

SAÚDE

[Despacho n.º 6690/2019, de 26 de julho](#)

Saúde - Gabinete da Secretária de Estado da Saúde

Determina que as receitas médicas nas quais sejam prescritas exclusivamente vacinas contra a gripe, para a época gripal de 2019/2020, emitidas a partir de 1 de julho de 2019, são válidas até 31 de dezembro do corrente ano.

SOLIDARIEDADE SOCIAL

[Decreto Legislativo Regional n.º 5/2019/M, de 17 de julho](#)

Região Autónoma da Madeira – Assembleia Legislativa

Cria o Estatuto do Cuidador Informal da Região Autónoma da Madeira.

[Portaria n.º 227-A/2019, de 19 de julho](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Aprova o novo Regulamento do jogo social do Estado denominado Lotaria Nacional.

[Portaria n.º 227-B/2019, de 19 de julho](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Altera (quarta alteração) o Regulamento dos Mediadores dos Jogos Sociais do Estado.

TRIBUNAIS

[Acórdão \(extrato\) n.º 298/2019, de 16 de julho](#)

Tribunal Constitucional

Julga inconstitucional a interpretação normativa dos artigos 61.º, n.º 1, alínea d), 125.º e 126.º, n.º 2, alínea a), todos do Código de Processo Penal, segundo a qual os documentos fiscalmente relevantes obtidos ao abrigo do dever de cooperação previsto no artigo 9.º, n.º 1, do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira e no artigo 59.º, n.º 4, da lei geral tributária por uma inspeção tributária realizada a um contribuinte, durante a fase de inquérito de um processo criminal pela prática de crime fiscal movido contra o contribuinte inspecionado e sem o prévio conhecimento ou decisão da autoridade judiciária competente, podem ser utilizados como prova no mesmo processo.

[Acórdão \(extrato\) n.º 332/2019, de 22 de julho](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 18.º, n.º 1, alínea a), do Estatuto do Administrador Judicial, aprovado pela [Lei n.º 22/2013, de 26 de fevereiro](#).

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 4/2019, de 25 de julho](#)

Supremo Tribunal de Justiça

Decide que na graduação de créditos em insolvência, apenas tem a qualidade de consumidor, para os efeitos do disposto no Acórdão n.º 4 de 2014 do Supremo Tribunal de Justiça, o promitente-comprador que destina o imóvel, objeto de tradição, a uso particular, ou seja, não o compra para revenda nem o afeta a uma atividade profissional ou lucrativa.

**Avalie a nossa Newsletter e dê-nos a sua sugestão
através do e-mail:**

digesto@jurisapp.gov.pt

 **Digesto**